

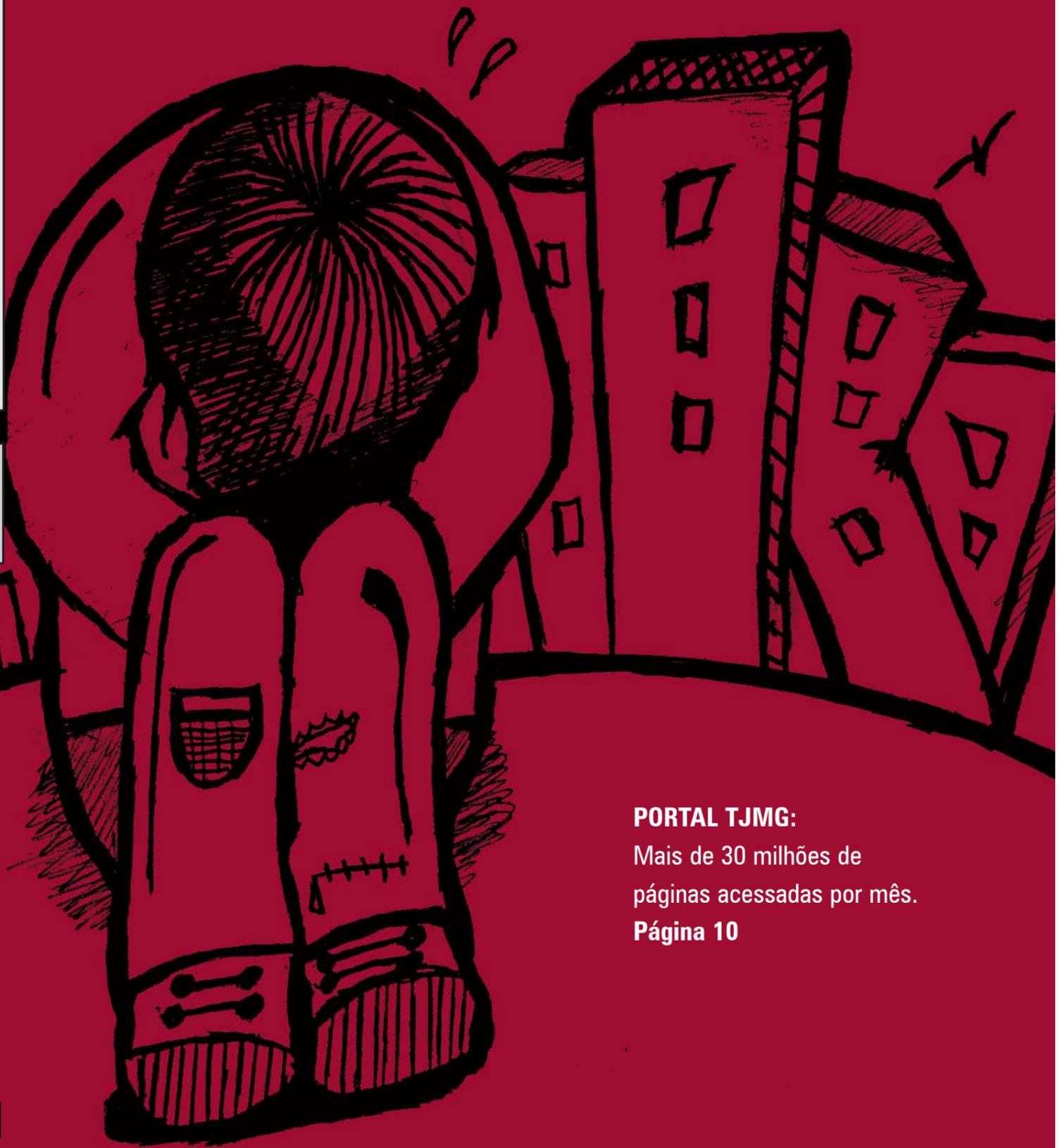
# TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - JUNHO - 2008**  
**ANO 14 - NÚMERO 128**

## Cadastro nacional amplia chances de adoção



### **PORTAL TJMG:**

Mais de 30 milhões de  
páginas acessadas por mês.

**Página 10**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acaba de lançar o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), que deverá ser implantado em todas as varas da Infância e da Juventude do País até julho. O objetivo é agilizar os processos de adoção, unindo todos os dados, tanto de crianças disponíveis quanto de candidatos a pais adotivos, e cruzar essas informações instantaneamente em um banco de dados nacional.

**Páginas 6 e 7**



# Espaço Sociocultural, em benefício de todos

*Orlando Carvalho - presidente*

Promover a arte e a cultura é uma forma de humanizar a imagem das empresas e instituições, captando um novo olhar da sociedade, buscando maior aproximação e mais empatia. A iniciativa agrega valor às organizações e reforça seu papel social. Ganham a comunidade e o público interno, com acesso a produções culturais, espaços de convivência, possibilidades de melhoria do clima organizacional e satisfação no trabalho.

A cultura possui laços estreitos com o convívio social. E quanto mais conseguirmos disseminá-la, refletir sobre ela, tornando-a acessível ao maior número de pessoas, mais estaremos contribuindo para o aperfeiçoamento da nossa comunidade. Trata-se, na realidade, de outra face do desenvolvimento, o seu aspecto humano, tornado possível pela afirmação das identidades, fundamentado na tolerância, respeito e compreensão da diversidade.

A institucionalização do Espaço Sociocultural do Tribunal de Justiça de Minas Gerais deixa claro o empenho do Judiciário mineiro em promover a arte e a cultura; de fortalecer os laços entre magistrados e servidores, bem como aproximar a instituição da sociedade. Artes plásticas, música, teatro, cinema, dança, expressão escrita, debates, momentos de lazer e eventos diversos – esse espaço contempla tudo aquilo que possa sensibilizar e criar mais aptidão para se viver em harmonia e plenitude.

O espaço, inaugurado oficialmente no último mês de maio, recebeu o nome do Desembargador Lincoln Rocha, em reconhecimento ao grande e saudoso magistrado do Tribunal de Minas. Ele era exemplo de cultura, mesclada com simplicidade, que combina, perfeitamente, com os verdadeiros sábios.

Na verdade, a idéia é consolidar, por meio do Espaço Sociocultural Desembargador Lincoln Rocha, várias iniciativas já existentes no TJMG, como Galeria de Arte, Cineclube, Pensa TJ, ações de conagração, dentre outras, normatizando as atividades, sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom).

Sobre o valor da cultura, disse o pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi: “O gênero humano não pode ficar socialmente unido sem uma força ordenadora. A força da cultura une as pessoas como indivíduos em independência e liberdade, através do direito e da arte. A força de uma civilização sem cultura une-os sem consideração de independência, liberdade, direito e arte, como uma massa pela violência”.

Para o aprimoramento humano, em todas as suas possibilidades, o investimento em arte e cultura é imprescindível. Oportunidades de contemplação, reflexão, apreciação do belo e convivência trazem novos horizontes e favorecem posturas mais engajadas, comprometidas com os ideais maiores de preservação e valorização da vida.

## EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
**Presidente:** Orlando Adão Carvalho;  
**1º Vice-Presidente:** Cláudio Costa;  
**2º Vice-Presidente:** Reynaldo Ximenes Carneiro;  
**3º Vice-Presidente:** Jarbas Ladeira;  
**Corregedor-Geral:** José Francisco Bueno;  
**Superintendente de Comunicação:** Alexandre Victor de Carvalho; **Secretário Especial da Presidência:** Luiz Carlos Elói; **Secretária do Presidente:** Sidneia Simões; **Assessora de Comunicação Institucional:** Goretti Paiva;  
**Gerente de Imprensa:** Wilson Menezes;  
**Editora e Jornalista Responsável:** Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG;  
**Revisão:** Pedro Jorge Fonseca; **Designer Gráfico:** Shirley O. Moraes e Daniel Fantini;  
**Fotolito e Impressão:** Lastró Editora Ltda.  
**Ascom TJMG:** Rua Goiás, 253 - 1º andar - Centro - Belo Horizonte - MG  
 CEP 30190-030  
 Tel.: 31 3237-6551  
 Fax: 31 3226-2715  
 E-mail: [ascom@tjmg.gov.br](mailto:ascom@tjmg.gov.br)  
**Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:** 31 3289-2520  
**Ascom Fórum BH:** 31 3330-2123  
**Tiragem:** 20 mil exemplares

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.gov.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.gov.br).

Guilherme Dardhanhan



## Capacitação em Poder Judiciário

O presidente do TJ, desembargador Orlando Carvalho, no dia 16 de maio, participou da abertura do Programa de Capacitação em Poder Judiciário, promovido pela Ejef, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), e dirigido aos magistrados de Entrância Especial. A mesa de trabalhos foi composta também pelo 2º vice-presidente e superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes, pelo presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, desembargador Fernandes Filho, e pelo professor da FGV Luiz Roberto Ayoud.

# Direção do Foro de BH reúne gestores

Joubert Oliveira

A Direção do Foro de Belo Horizonte, através da Gerência de Apoio Administrativo, realizou, no dia 29 de abril, a primeira reunião de trabalho com gestores da 1ª Instância da Capital.

O encontro, que se repetiu em outras duas datas, com a mesma pauta, foi organizado para atender aos 139 gestores, entre escrivães, diretores e coordenadores dos diversos setores da 1ª Instância de Belo Horizonte, onde trabalham mais de 2.700 servidores.

O juiz diretor do Foro, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, aproveitou a oportunidade para se apresentar aos gestores que ainda não o conheciam. Ele destacou o profissionalismo de todos e a necessidade de se valorizar o servidor, reconhecendo o aumento do volume de serviços, agravado pela redução de pessoal nas secretarias. Na opinião do juiz, a melhoria na gestão de pessoal é o fator que pode minimizar as dificuldades da conjuntura atual, até que novas tecnologias, como o Sistema CNJ, sejam definitivamente incorporadas à Justiça

de pessoal nas secretarias. Na opinião do juiz, a melhoria na gestão de pessoal é o fator que pode minimizar as dificuldades da conjuntura atual, até que novas tecnologias, como o Sistema CNJ, sejam definitivamente incorporadas à Justiça.

Ao encerrar os trabalhos com a última turma, Luiz Carlos de Azevedo se disse otimista em relação à implementação de algumas das dezenas de sugestões recolhidas ao final de cada reunião.

## Provimento nº 175

A Reunião de Trabalho foi motivada pela edição do Provimento nº 175/CGJ/2008, que se refere à lotação e à movimentação de servidores na comarca da Capital.

Durante os encontros, o gerente Robson Pinto e a coordenadora Silvana Costa apresentaram aos gestores da Primeira Instância as mudanças na Regulamentação da Gestão de Pessoal. Na oportunidade, também foram tratados assuntos relacionados à jornada de trabalho, frequência, afastamentos e lotação, esta especialmente em relação aos trabalhadores-mirins.

Segundo Robson Pinto, mais de 90% dos participantes, conforme dados colhidos do formulário de avaliação do encontro, classificaram a reunião como excelente ou boa e opinaram que a mesma deve ocorrer semestralmente.

Joubert Oliveira



O juiz diretor do Foro, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, destacou o profissionalismo de todos

# “Muito prazer, sou assessor”

Gláucia Alvarenga Soares, assessora do juiz da 4ª Vara de Família de BH, explica que o cargo é regido por lei



Guilherme Dardarian

Rafaela Leal

Prestar assistência ao trabalho dos magistrados, analisar processos e elaborar relatórios. Essas são algumas das funções básicas de um assessor de juiz ou de desembargador, cargo que ganha maior importância diante da grande demanda processual que sobrecarrega o Poder Judiciário.

Entretanto, a função ainda é desconhecida por muitas pessoas. Por se tratar de um servidor ocupante de cargo comissionado de recrutamento amplo, ou seja, indicado pelo magistrado, o assessor é visto com certo preconceito. “Às vezes as pessoas pensam que a gente ocupa um cargo de maneira ilegal, pois supõem que a vaga deveria ser preenchida por concurso público, mas o cargo é regido por lei”, defende Gláucia

**O cargo de assessor é privativo de bacharéis em direito e provido por indicação do juiz da comarca na qual houver duas ou mais varas**

Alvarenga Soares, assessora do juiz da 4ª Vara de Família de Belo Horizonte, Amauri Pinto Ferreira.

Gláucia refere-se à Lei Estadual nº 14.336, de 3 de julho de 2002. De acordo com essa norma, o cargo é privativo de bacharéis em direito e provido por indicação do juiz da comarca na qual houver duas ou mais varas. Ainda de acordo com a lei, a indicação de parentes consanguíneos está vedada.

O dia-a-dia desses profissionais especializados de Primeira e Segunda Instâncias

é árduo: têm expediente de oito horas diárias, sendo que, na maioria das vezes, muitos ainda levam documentos para serem estudados em casa.

Como explica Gláucia, o trabalho do assessor abrange a realização de pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, como subsídio à análise de processos, bem como a elaboração de outros estudos e relatórios. “Ele está sempre próximo ao juiz, para resolver algumas questões de ordem prática ou para expedir ofício ao Tribunal de Justiça”, completa.

“Com o volume de processos, o papel do assessor, quando bem desempenhado, é fundamental, diante do insuficiente número de juízes e desembargadores. Enquanto não há o necessário aumento do quadro de magistrados, o assessor ajuda a agilizar a prestação jurisdicional”, explicou o juiz Christian Garrido Higuchi.

Atual juiz da Vara da Infância, Execução e Precatórios da Comarca de Santa Luzia, Higuchi trabalhou com o desembargador Antônio Armando dos Anjos, de 2001 a 2005, quando este era juiz do extinto Tribunal de Alçada. “O assessor trabalha demais, o volume de serviços que ele movi-

menta é muito grande e é necessária muita agilidade”, valoriza o magistrado.

## Inspiração

Há seis anos assessorando o desembargador Mauro Soares de Freitas, Guilherme Del Giudice Torres Duarte, acredita que acompanhar juízes e desembargadores pode ser inspirador para muitos que pretendem seguir a carreira da magistratura. Segundo ele, “almejar os cargos da magistratura é uma característica peculiar do assessor”.

Gláucia Alvarenga confessa que sempre teve vontade de se tornar magistrada, e a sua atuação ao lado do juiz proporciona grande crescimento profissional. “O aprendizado é enorme. A gente pode perceber de perto como o juiz forma o seu convencimento e como faz a apreciação das provas”, exemplifica.

“É uma experiência incrível, é uma oportunidade ímpar participar da elaboração de sentenças e despachos. Os conhecimentos adquiridos inspiram e estimulam. É uma escola muito grande”, declara o juiz e ex-assessor Christian Garrido Higuchi.

# Avaliação de desempenho beneficia os servidores e o TJ

Guilherme Dardanian



O desembargador Reynaldo Ximenes, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, preenche a avaliação de desempenho da servidora Mônica Sá, diretora executiva de Desenvolvimento de Pessoas

Rachel Barreto

A avaliação de desempenho é uma poderosa ferramenta gerencial e motivacional, que visa criar uma relação transparente, objetiva e produtiva entre avaliador e avaliado, bem como gerar o comprometimento do servidor com a missão e os objetivos institucionais. A Coordenação de Avaliação de Desempenho e Administração do Plano de Carreiras dos Servidores (Coade) é responsável por planejar e coordenar o sistema de avaliação, seguindo a legislação vigente, modificada em 2006.

## Vantagens

Para o avaliado, os benefícios são muitos. Destacamos os seguintes: suas necessidades de capacitação se evidenciam; as tarefas a executar, de acordo com metas claras, são explicitadas; e o processo proporciona uma possibilidade de reflexão sobre os pontos fortes e fracos do servidor, contribuindo para aprimorar suas habilidades e corrigir eventuais falhas.



**A avaliação é um ótimo instrumento gerencial, talvez o melhor deles”**

A avaliação satisfatória é um dos critérios para a movimentação no Plano de Carreiras. O servidor estável deve obter 70% na soma dos fatores avaliados para mudar de padrão. Já os servidores em estágio probatório seguem critério um pouco diferente na 4ª etapa de sua avaliação específica: devem ter 70% em cada

um dos fatores, não somente na soma. Hoje, o TJMG conta com mais de 13 mil servidores efetivos, avaliados regularmente. Desde 2002, o índice de avaliações abaixo de 70% é inferior a 1%.

Se não concordar com o resultado da avaliação, o servidor pode preencher um formulário de Pedido de Reconsideração, a ser analisado pelo próprio avaliador. Caso este não reconsidere os conceitos, o avaliado pode protocolizar recurso junto à Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), cuja decisão será soberana. Mas, geralmente, o diálogo permite que os problemas sejam resolvidos no próprio setor.

## Ferramenta para a gestão

Para os avaliadores, o sistema tem um grande potencial: permite conhecer melhor a equipe e distribuir as tarefas de forma mais eficaz. O acompanhamento contínuo otimiza o planejamento, a execução dos trabalhos e o estabelecimento de prioridades.

“A avaliação é um ótimo instrumento gerencial, talvez o melhor deles”, afirma o coordenador Hideraldo Nogueira Barbosa, da Coade. Permite identificar deficiências e, se for o caso, remanejar o servidor. “Isso contribui para que ele atue satisfatoriamente, tendo em vista o que o chefe e a instituição esperam dele”, acredita Hideraldo.

Por tudo isso, o êxito do processo avaliatório requer empenho e compromisso dos envolvidos. Avaliador e avaliado devem ficar atentos às datas e ao estabelecimento cuidadoso das metas, para obter os melhores resultados possíveis.

## Fique ligado

Erros ao preencher e enviar a avaliação prejudicam seu processamento, geram retrabalho e atrasam a movimentação na carreira do servidor. Atenção para os seguintes lembretes:

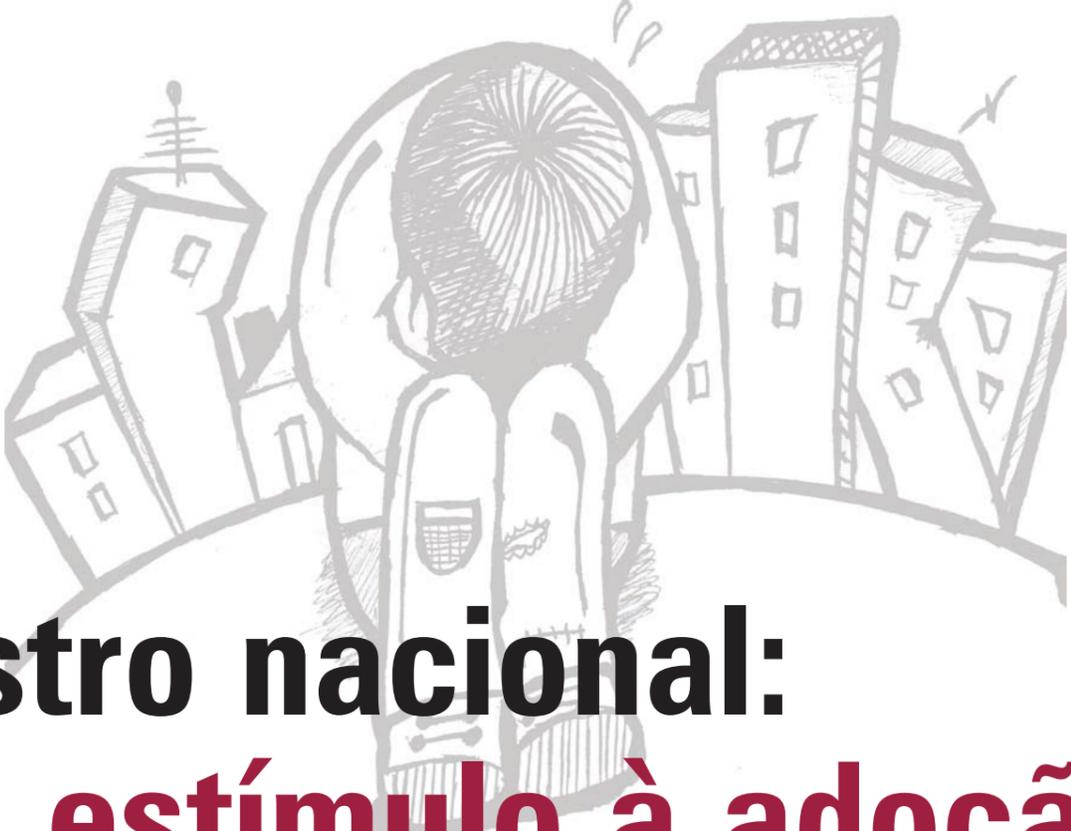
- . Apenas a cópia do formulário deve ser enviada à Coade. Se a segunda via ou a cópia reprográfica contiver assinatura original, deve ser marcada com a palavra “cópia”. O original deve ser arquivado no setor de lotação.
- . Todos os campos do formulário devem ser preenchidos, sem exceção.
- . As avaliações devem ser assinadas pelo avaliador e pelo avaliado, na frente e no verso.

Caso você tenha dúvidas, dirija-se à Coade:  
(31) 3247-8790 / 8789  
coade@tjmg.gov.br

## Na internet

Você tem acesso às normas em vigor, aos formulários e a sua avaliação:

- . As Portarias-Conjuntas nº 85/2006 e nº 86/2006 podem ser lidas na íntegra no *Portal do TJMG > Consultas > Atos Normativos*.
- . Para obter os formulários, basta entrar na página da Ejef, diretamente ([www.tjmg.gov.br/ejef](http://www.tjmg.gov.br/ejef)) ou via *Portal do TJMG > 2ª Vice/Ejef > Desenvolvimento de Pessoas > Avaliação de Desempenho > Formulários*.
- . As avaliações já cadastradas no sistema estão disponíveis na *intranet*, no Banco de Talentos.



# Cadastro nacional: um estímulo à adoção

Renata Ferrer

O menino W.P.O., de nove anos, desde os sete mora em um abrigo na região Oeste de Belo Horizonte. Abandonado pelos pais, sua situação torna-se cada vez mais difícil, pois poucas pessoas se dispõem a adotar crianças nessa idade. Mas uma nova esperança surge e pode levar essa história a um final feliz. Com o lança-

**“Sou mãe de verdade. Elas sabem que foram adotadas, mas isso não as faz menos minhas filhas do que se tivessem saído da minha barriga”**

mento do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) espera aumentar as chances de que crianças como W.P.O. encontrem uma família.

Lançado há cerca de um mês, o CNA, feito com a colaboração de todos os tribunais de justiça, deverá tornar mais ágeis as adoções no Brasil. Atualmente, cada comarca mantém um cadastro próprio, e poucos Estados têm registros unificados. O objetivo do CNJ é unir todos os dados do país, tanto de crianças disponíveis quanto de candidatos a pais adotivos. A idéia é cruzar essas informações instantaneamente em um banco de dados nacional.

Esse sistema permitirá que crianças que não conseguem adoção na própria comarca ou no Estado em que vivem sejam

recebidas por quem busque aquele perfil de criança mas more em outra parte do Brasil. Dessa forma, um menino de nove anos, como W.P.O., que não encontra pessoas dispostas a adotá-lo em Belo Horizonte, poderá ser acolhido por uma família do Rio Grande do Sul ou do Maranhão, por exemplo. Na prática, o cadastro irá aumentar as chances de crianças que não se encaixam no perfil mais exigido por candidatos a pais adotivos – bebês de até um ano, com saúde perfeita, preferencialmente meninas e de pele branca – encontrarem um lar.

“O CNA é uma ferramenta de busca que permite localizar rapidamente, em todo o Brasil, quem são os habilitados para adoção interessados no perfil daquela criança ou adolescente, permitindo a visualização instantânea dos pretendentes no mesmo Estado, na mesma região e no restante do território nacional”, descreve a juíza do Rio de Janeiro, Cristiana de Faria Cordeiro, membro do comitê gestor do Cadastro Nacional de Adoção. “Para os casais ou pessoas interessadas em adotar, também se ampliam as chances de uma adoção mais rápida”, explica a magistrada.

## Estatísticas

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, o cadastro será implantado nas varas da Infância e da Juventude de todo o País até julho e todos os dados estarão inseridos no sistema em seis meses. Ainda segundo o Conselho, o CNA tem caráter sigiloso e somente os juízes terão acesso amplo às informações. A administração do cadastro ficará a cargo do CNJ, com a colaboração dos tribunais, principalmente

nas regiões onde há dificuldade de acesso à *Internet*.

Outra possibilidade do cadastro é permitir que se trace um retrato detalhado da adoção no país, para subsidiar políticas regionais e nacionais na área. Pela primeira vez, o Brasil poderá contar com um amplo diagnóstico com estatísticas de crianças e adolescentes sob a tutela do Estado, quantidade e localização de pretendentes habilitados, perfis completos e dados sobre abrigos. Como atualmente os dados são dispersos, não se sabe ao certo quantas crianças estão à espera de pais adotivos. A Secretaria Nacional de Direitos Humanos estima que cerca de 120 mil crianças e adolescentes vivam em abrigos de todo o país. Desse total, cerca de 12 mil aguardam a inserção em uma nova família, de acordo com a Secretaria.

Segundo o juiz Marcos Flávio Lucas Padula, da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, estima-se que haja cerca de 700 crianças nos 75 abrigos da Capital (nem todas disponíveis para adoção) e aproximadamente 520 casais na fila para adotar uma criança. “Por não haver totalização, não temos em Minas Gerais

**“As pessoas idealizam uma criança com certa cor, idade, sexo, mas precisam se convencer de que se trata da adoção de uma criança, e não de um produto”**

nem idéia de quantas dessas crianças aguardam adoção. A informatização nos dará a possibilidade de ter uma visão de conjunto. Com essas estatísticas, o Judiciário poderá trabalhar ainda mais a questão”, acredita.

O magistrado, no entanto, faz uma ressalva: o sucesso da iniciativa dependerá do empenho de todas as pessoas envolvidas no processo. “É preciso que as comarcas se comprometam a coletar os dados e atualizar o sistema constantemente. Tem de haver um compromisso dos juízes, dos servidores, dos tribunais de justiça do Brasil inteiro em manter o banco de dados alimentado. O cadastro unificado poderá dar mais oportunidades às crianças de conseguirem um lar, mas essa iniciativa exige esforço e investimento, senão corre o risco de virar letra morta”, alerta Marcos Padula.

## “Burocracia” e exigências

Hoje, um processo de adoção pode significar uma longa espera para uma criança. Após o abrigo, a comunicação à Justiça, a investigação da família de origem e a destituição do poder familiar, a criança ou adolescente ainda dependerá da sorte de se encaixar no perfil pretendido por algum candidato a adotar.

Para a juíza membro do comitê gestor do Cadastro Nacional de Adoção, o problema não está no processo. “O que algumas pessoas apontam como excesso de burocracia, na verdade, é zelo. O art. 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao dispor a respeito do procedimento de habilitação, estabelece que a equipe técnica e o Ministério Público devem ser consultados. A investigação e a preparação dos candidatos é fundamental para assegurar à criança a melhor família substituta possível”, explica Cristiana Cordeiro.

De acordo com o juiz Marcos Padula, há crianças que não conseguem pais adotivos em decorrência das incompatibilidades entre as características exigidas pelos casais e as crianças e adolescentes disponíveis. “Um menino negro, de mais de seis anos, por exemplo, pode estar ‘condenado’ a permanecer no abrigo até os 18. Os abrigos em geral são bons e possibilitam a formação escolar, mas o crescimento sem um convívio familiar pode deixar marcas para o resto da vida. Estamos vendo uma população de crianças crescendo sem referência familiar, de crianças institucionalizadas”, diz o magistrado.

A juíza Cristiana Cordeiro compartilha da opinião do colega: “Os adotantes idealizam uma criança, mas, na maternidade ou paternidade biológica, muitas características do filho são elementos-surpresa. As pessoas precisam se convencer de que se trata da adoção de uma criança, e não de um produto”, avalia.

As chamadas crianças e jovens institucionalizados são aqueles que, abandonados ou negligenciados pelos pais ou responsáveis, permanecem em abrigos à espera de

uma decisão judicial que os faça retornar à família de origem ou ser encaminhados a uma família substituta. Quando não podem ser acolhidos pelos pais biológicos e não se encaixam no perfil exigido por candidatos a pais, resta a essas crianças e adolescentes a alternativa da adoção internacional. Em Minas, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja/MG) analisa os pedidos de pais estrangeiros cadastrados no Estado e seleciona crianças de todas as comarcas. O Tribunal de Justiça considera a adoção internacional como último recurso, a ser utilizado somente quando não houver brasileiros interessados em adotar.

## Mães e pais de verdade

A servidora do TJMG Eliane Luiza Souza, lotada na Coordenação de Distribuição (Codistr), é mãe de duas crianças adotadas. Maria Joanna (hoje com 11 anos) foi adotada em 1996. Três anos depois, Eliane levou para casa Ana Júlia (atualmente com nove anos).

“Eu tinha o sonho de ter uma criança, mas, como não pude, resolvi adotar, mesmo sendo solteira. As meninas foram um presente de Deus, completaram minha vida e eu sei que completei a delas”, conta a servidora. “Elas sabem que foram adotadas, mas isso não as faz menos minhas filhas do que se tivessem saído da minha barriga. Sou mãe de verdade”, assevera.

Na época das adoções, Eliane pediu uma criança de até um ano de idade. Ela não fez questão de escolher sexo ou cor da pele. “Eu queria ter a experiência de cuidar

de um bebê, por isso pedi crianças pequenas. Mas hoje não penso assim. Se fosse adotar agora, optaria por uma criança mais velha. Acho que deve ser bom poder acolher a criança e já conversar, ver o que ela tem a dizer”, afirma.

O Cadastro Nacional de Adoção pode significar uma vida nova para crianças e adolescentes, para casais e pessoas solteiras que procuram formar uma família. Certamente facilita o trabalho de juízes e servidores das varas da Infância e da Juventude. Mas seu potencial só será plenamente realizado se for acompanhado por uma mudança de mentalidade, como alerta a juíza Cristiana Cordeiro: “o cadastro não tem a capacidade de mudar uma cultura, mas pode contribuir para auxiliar nessa mudança, subsidiando políticas públicas que demonstrem os benefícios da adoção tardia, de grupos de irmãos e de crianças especiais, ou seja, da adoção com e por amor, sem preconceitos”.

**O CNA poderá subsidiar políticas públicas que demonstrem os benefícios da adoção tardia, de grupos de irmãos e de crianças especiais, ou seja, da adoção com e por amor, sem preconceitos”**



Eliane e as duas filhas adotivas: família de verdade

Guilherme Dardanhan

# TJ aprova metas para o biênio 2008/2010

Nanci Andrade

Quadro de metas do PEGI2008

Agilizar a prestação jurisdicional, otimizar a gestão administrativa e econômico-financeira e fomentar ações e projetos de responsabilidade social são os objetivos institucionais definidos no Planejamento Estratégico de Gestão Institucional do TJMG (PEGI). Os objetivos e metas globais para o biênio 2008/2010 foram aprovados pelo Comitê Estratégico em abril último.

O PEGI é hoje o grande norteador de ações a serem desenvolvidas pelas diversas unidades organizacionais da Instituição, inclusive subsidiando a proposta orçamentária para 2009, ressalta a secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Maria Nice de Faria Fonseca.

Os objetivos e metas definidos buscam obter como resultado o aprimoramento do desempenho do Tribunal de Justiça. Para agilizar a prestação jurisdicional foram estabelecidas seis metas globais. Dentre elas, reduzir o tempo de tramitação dos feitos na 2ª Instância para o prazo máximo de 90 dias e possibilitar que a totalidade dos juízes profiram mensalmente um número de sentenças compatível com as normas do TJMG, inclusive por meio de cooperação.

Os dados colhidos relativos ao desempenho do Tribunal de Justiça em 2007 demonstram que as metas globais não estão muito longe de ser alcançadas. Segundo o relatório produzido pela Seplag, a evolução da movimentação processual revela uma tendência de crescimento no potencial de julgamento e de redução na velocidade de crescimento do acervo.

## Redução de custos

Na área de gestão, foi definida uma única meta, que é implementar mecanismos para a maximização de receitas e para a redução de custos.

O PEGI 2008 inclui a responsabilidade social dentre os objetivos institucionais. A estratégia, quanto a esse aspecto, é apoiar iniciativas da sociedade que constituam formas alternativas de resolução de conflitos e de humanização das penas e medidas de segurança.

O monitoramento das metas setoriais é feito pela Seplag, por meio do Centro de Padronização e Qualidade na Gestão (Cepaq). Todos os meses, a equipe do Cepaq realiza reuniões com diretores executivos, gerentes e facilitadores das áreas, para acompanhamento dos planos de ação e levantamento de resultados em relação a cada meta.

### PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO TJMG - PEGI 2008

#### OBJETIVO INSTITUCIONAL 1: AGILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DAS 1ª E 2ª INSTÂNCIAS

RESULTADOS FINALÍSTICOS ESPERADOS = META GLOBAL	ESTRATÉGIAS
META GLOBAL 1 Reduzir o tempo de tramitação dos feitos na 2ª Instância para o prazo máximo de 90 dias	Atuação diretiva do Presidente e do 1º Vice-Presidente Atuação diretiva do 1º Vice-Presidente Atuação diretiva do 1º Vice-Presidente e do Superintendente do Cartório Otimizar a utilização dos recursos metodológicos e de gestão
META GLOBAL 2 Possibilitar que 100% dos juízes prolatem mensalmente um número de sentenças compatível com as normas do TJMG, inclusive por meio de cooperação	Incrementar a prática da conciliação Otimizar o aprimoramento dos magistrados e de suas equipes Otimizar a utilização dos recursos metodológicos e de gestão
META GLOBAL 3 Implantar o processo eletrônico na Justiça de 1ª e 2ª Instâncias	Otimizar a utilização dos recursos tecnológicos
META GLOBAL 4 Garantir condições administrativas e de trabalho compatíveis com as necessidades das 1ª e 2ª Instâncias	Otimizar a utilização dos recursos metodológicos e de gestão
META GLOBAL 5 Promover a integração das áreas e dos sistemas de uso do Tribunal por meio do desenvolvimento da tecnologia da informação, considerando os processos de trabalho	Otimizar a utilização dos recursos tecnológicos
META GLOBAL 6 Contribuir para a humanização do cumprimento das medidas de segurança dos pacientes judiciários	Otimizar a utilização dos recursos metodológicos e de gestão

#### OBJETIVO INSTITUCIONAL 2: OTIMIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DO TJMG

META GLOBAL 1 Implementar mecanismos para o incremento de receitas e para redução de custos	Otimizar a obtenção e utilização dos recursos financeiros
--	---

#### OBJETIVO INSTITUCIONAL 3: FOMENTAR AÇÕES E PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

META GLOBAL 1 Apoiar iniciativas da sociedade que constituam formas alternativas de resolução de conflitos	Otimizar a utilização dos recursos metodológicos e de gestão
META GLOBAL 2 Apoiar iniciativas da sociedade que constituam formas alternativas de humanização na execução das penas e medidas de segurança	Otimizar a utilização dos recursos metodológicos e de gestão

Guilherme Dardhan



Maria Cristina traz experiência administrativa, de assessoria e de pesquisa, para a gestão da EJEF

# Perspectivas para a gestão de documentos

Edson Junior

O reconhecimento de 11 anos de trabalho no Tribunal de Justiça. Assim, a nova diretora executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged), Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, define a sua condução ao cargo, em março deste ano, pelo desembargador Reynaldo Ximenes. Formada em direito pela PUC Minas, é pós-graduada em direito público pelo Instituto de Educação Continuada da mesma universidade. Sua carreira no Judiciário começou no extinto Tribunal de Alçada, em 1997, trabalhando na redação de acórdãos.

Quase dois anos depois, foi transferida para a pesquisa, setor que, segundo ela, tem “guardado no coração”. Atuou ainda como coordenadora do gabinete do então diretor-geral do mesmo Tribunal, Wolney da Cunha Soares, e foi assessora da desembargadora Márcia De Paoli Balbino por três anos. Em maio de 2007, voltou para o setor de pesquisa. Maria Cristina é casada e tem duas filhas e uma enteada. Sobre os projetos já executados e as perspectivas para sua gestão, concedeu ao TJMG Informativo a seguinte entrevista:

**TJMG Informativo – Que benefícios traz para o TJMG a implantação do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (Siged), prevista para o segundo semestre deste ano?**

**MCC:** O principal benefício é a promoção de critérios e procedimentos para a destinação dos documentos produzidos e recebidos, além da utilização de ferramentas tecnológicas que garantam o armazenamento seguro dos documentos em meio digital. Isso representa uma redução de custos, já que a conservação de milhares de documentos em papel está cada vez mais onerosa. O controle da destinação dos documentos através do Siged vai possibilitar a eliminação segura de documentos inservíveis para a instituição, preservando aqueles de importância para a memória institucional. Além disso, o Siged vai democratizar o acesso à informação, melhorando os serviços prestados aos clientes internos e externos.

**TJMG Informativo – Qual é sua avaliação sobre o sistema de acórdãos indexados?**

**MCC:** A criação do acervo de acórdãos indexados para consulta à jurisprudência mineira é um grande avanço para a otimização do procedimento de pesquisa. Os acórdãos indexados são apresentados pelo espelho do acórdão na página da Ejef, tra-

zendo informações relevantes de vários aspectos jurídicos assim como as referências legislativas, jurisprudenciais, doutrinárias, dentre outras. Os dados estatísticos mostram que o número de acessos ao serviço vem crescendo.

**TJMG Informativo – Quais são os projetos da Dirged para 2008?**

**MCC:** Em primeiro lugar, por se tratar de uma diretoria nova, nossa intenção é firmá-la cada dia mais dentro da Instituição e aumentar seu reconhecimento como parte integrante da Ejef. Quanto aos produtos, a Dirged pretende aperfeiçoar e divulgar os inúmeros produtos que já possui e incluir novos produtos, como o banco de sentenças e de constitucionalidade e o sumário *on-line*. A partir do segundo semestre, deve ser implantado o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (Siged), em parceria com a Dirfor, e o sistema de digitalização dos acórdãos produzidos pelo TJ. Estamos também iniciando a realização de convênios com associações de advogados e editoras que permitam a magistrados de Primeira e Segunda Instâncias o acesso a doutrina, jurisprudência e legislação atualizadas de todo o País. O TJMG fará a cessão de sua base de dados de acordãos, o que ampliará a divulgação da jurisprudência mineira em âmbito nacional.

# Portal TJMG: um dos mais acessados do País

Reinaldo M. Gomes

Mais de 30 milhões de páginas eletrônicas acessadas por mês. O número confirma que o Portal TJMG é um dos mais consultados em termos nacionais, dentro de um cenário comparativo com grandes estruturas corporativas públicas e privadas.

**D**entre os serviços mais procurados no Portal, com base no mês de abril, os andamentos processuais se destacam com 66% do volume total.

Os dados integram o relatório de estatísticas de acesso, elaborado, mensalmente, pela Diretoria Executiva de Informática (Dirfor), que se encontra disponível para consulta na *Internet*.

O documento oferece, por meio de gráficos e tabelas, um resumo de vários critérios quantitativos apurados mensalmente desde 2004, entre os quais o número de páginas visitadas e a quantidade de *hits* (arquivos traçados) e *bytes* (unidades de

medida digital de tamanho). Os dados estão distribuídos por horários e dias do mês e da semana. O relatório informa também a relação de comarcas mais consultadas e a lista completa das principais páginas acessadas.

O gerente de Sistemas Administrativos Informatizados, Márcio d'Ávila, conta que a iniciativa do uso de uma ferramenta auxiliar na apuração de dados de acesso do Portal teve início em outubro de 2004. Naquela época, após testar vários *softwares* livres (que não dependiam da compra de licenças), a Dirfor optou pela adoção do programa *AWStats*. "A coleta de estatísticas prontas já era registrada e arquivada. Através desse *software*, foi possível 'garimpar' esses dados, transformando-os em informações", explica. O gerente registra que a Dirfor está aperfeiçoando o programa, com o objetivo de oferecer dados ainda mais completos e de fácil entendimento e visualização.

"É um meio ágil de informação, que facilita o trabalho de magistrados, advogados e servidores e também serve como auxílio às partes de um processo", avalia o gerente. Na seqüência aparecem: Página Principal - [www.tjmg.gov.br](http://www.tjmg.gov.br) (11%), Jurisprudência (5%), Diário do Judiciário (1%), Notícias (1%), Guia do Judiciário (0,3%), Espelho do Ponto (0,2%), Contracheque (0,2%),

Atualização Monetária (0,1%), Espelho do Acórdão (0,1%) e Outros (16%). Márcio d'Ávila considera os resultados expressivos. "Um por cento significa 300 mil páginas em média por mês", destaca.

O relatório completo está disponível através do *link* [www.tjmg.gov/stats](http://www.tjmg.gov/stats).

Dentre os serviços mais procurados no Portal, com base no mês de abril, os andamentos processuais se destacam com 66% do volume total.

## Informação Institucional

Para o presidente da Comissão de Tecnologia da Informação do TJMG, desembargador Fernando Botelho, o Portal TJMG é, hoje, um dos maiores veículos de comunicação institucional do país. "Temos que valorizá-lo, pois, por ele, o Poder se vincula, em termos de informação institucional, a um universo incontável de destinatários finais de seus serviços, e o faz em tempo real, com frações de segundos para que a comunicação atinja o destino. Não se trata, portanto, de mera página na *Internet*, como ainda o vêm alguns. É a linha de frente de comunicação do Poder. Sob a página principal do Portal estão 'penduradas', tecnologicamente, mais de cinco mil telas de trabalho, uma imensidão de conteúdos e informações, não só jurisdicionais, mas administrativas, jurisprudenciais, normativas internas, funcionais, estruturais do Poder, que dispensam, hoje, assinaturas de revistas, edição de manuais normativos", ressalta o desembargador.

O magistrado lembra que 3,5 milhões de processos estão em andamento e apreciação no Judiciário mineiro: "O Portal, que veicula informações desses processos, assume importância vital

para o Poder e para o usuário dos serviços públicos da Justiça".

Sobre a infra-estrutura de informática do TJMG, Fernando Botelho avalia que a administração do presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, "sensível à importância do Portal, realizou um aumento do canal de acesso, quadruplicando o tamanho da banda de acesso a todo o sítio do TJMG. Isso significa que acessos de entrada e de baixa de conteúdos armazenados no banco de dados do Tribunal ficaram mais fluidos e rápidos".

**É um meio ágil de informação, que facilita o trabalho de magistrados, advogados e servidores e também serve como auxílio às partes de um processo".**

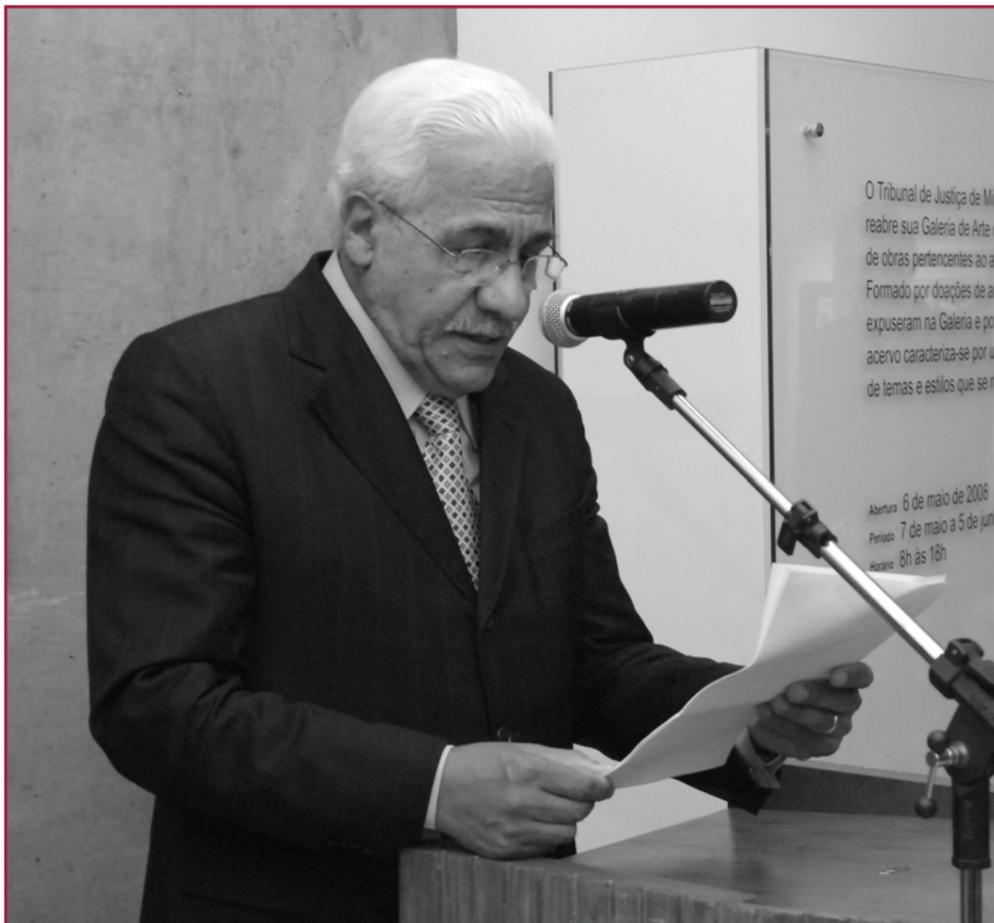
Entretanto, o desembargador adverte que o Portal, pelo valor comunicativo que já possui, não pode se restringir a mero reforço de banda de conexão. "Pelo porte das ferramentas inseridas nele - como conteúdos multimídia (sons e imagens) - e a serem ainda introduzidas, como alguns eventos de interação em tempo real, o Portal requer otimização permanente, e não mais circunstancial, de infra-estrutura de informática e telemática. Especialmente agora que estamos inserindo, em seu conteúdo, o Diário do Judiciário Eletrônico, uma das mais importantes e históricas inovações do novo fenômeno da automação dos serviços judiciários, que é a transposição do órgão oficial de publicidade legal dos atos administrativos e judiciais para o formato eletrônico", conclui Fernando Botelho.

Guilherme Dardanhan



A Comissão de TI apresentou aos servidores as novas tecnologias

Guilherme Dardanhian



Na inauguração do Espaço Sociocultural, Orlando Carvalho ressaltou a importância de tornar a arte acessível a todos

Temas e estilos diversos caracterizaram a exposição na Unidade Francisco Sales



Guilherme Dardanhian

# TJ investe em cultura

Francis Rose

“Quanto mais conseguirmos disseminar cultura, refletir sobre ela, tornando-a acessível ao maior número de pessoas, mais estaremos contribuindo para o aperfeiçoamento da nossa sociedade”. Essas foram algumas das palavras pronunciadas pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Orlando Adão Carvalho, no dia 6 de maio, ao participar da solenidade de inauguração do Espaço Sociocultural Desembargador Lincoln Rocha, criado por meio da Portaria nº 2.162/2008.

O objetivo do Espaço é proporcionar aos magistrados, aos servidores do Judiciário, aos artistas e ao público em geral oportunidades para o desenvolvimento cultural. A meta é realizar eventos artísticos, literários, culturais e de lazer.

Música, cinema, artes plásticas, teatro e artesanato marcaram a programação da semana de inauguração do Espaço Sociocultural, de 5 a 9 de maio, no Tribunal de Justiça.

## Acervo do Tribunal

A exposição de obras de arte do acervo do Tribunal no Espaço Sociocultural da Galeria

da Unidade Francisco Sales até o dia 5 de junho reuniu obras adquiridas pelo TJMG e doações de artistas que expuseram seus trabalhos na Galeria de Arte, de 1996 a 2005. Apenas parte do acervo compôs a mostra.

Outra parte das obras pertencentes ao Tribunal ainda está sendo catalogada por uma equipe do Centro de Relações Públicas e Cerimonial (Cerp), da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom).

## Inventário Patrimonial

Deise Corrêa, responsável pelo levantamento do acervo, explica que a identificação das obras conta com a colaboração dos servidores. “Enviamos ofício aos responsáveis por vários setores do Tribunal, solicitando informações sobre as obras. A maior parte delas já foi localizada e identificada. Todo o material será incorporado ao inventário patrimonial do TJMG”, explica. Quem tem conhecimento sobre a localização de alguma obra de arte nas dependências do Tribunal e ainda não entrou em contato com a Ascom pode fazê-lo pelo e-mail [cerp@tjmg.gov.br](mailto:cerp@tjmg.gov.br).

Divulgação



# Homenagem em Sabará

Os servidores da Comarca de Sabará realizaram, no dia 9 de maio, homenagem ao juiz Sérgio Bittencourt Siqueira, ex-titular da 1ª Vara e ex-diretor do Foro, que se aposentou no final do mês de abril, após 18 anos de atuação na comarca. A solenidade contou com a presença do atual diretor do Foro, Rogério Santos Araújo Abreu, e de diversas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de membros do Ministério Público e representantes da OAB /MG e das polícias Civil e Militar. Na foto, o escrivão aposentado Délio de Magalhães Pinto entrega ao juiz Sérgio Siqueira uma placa comemorativa em nome de todos os servidores da Comarca de Sabará.

## A Batalha de Argel no Cineclube TJ

Lucas Loyola

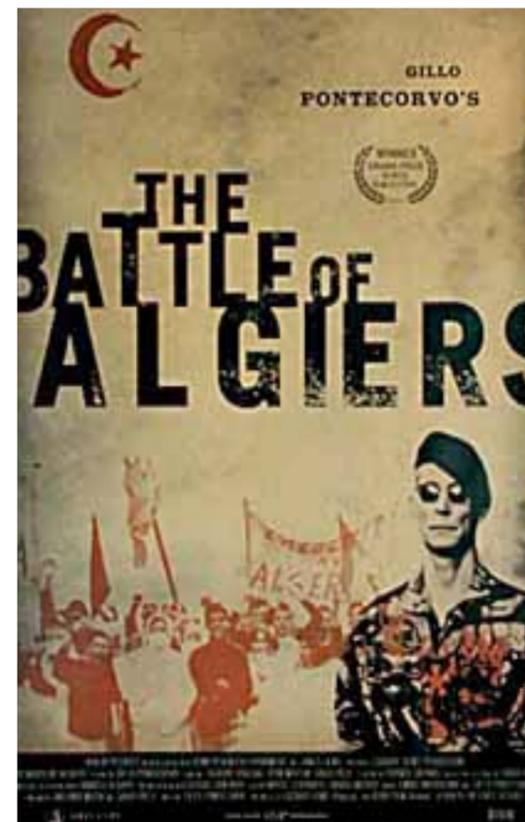
Marco do processo de libertação das colônias européias na África, *A Batalha de Argel* (1965) narra os momentos decisivos da guerra pela independência da Argélia. A ação se passa entre 1954 e 1957 e enfoca o combate entre o exército francês e a Frente de Libertação Nacional (FLN) daquele país africano. De um lado, temos a população, atirando bombas caseiras, lutando para se libertar do jugo da França, que, por sua vez, adotando métodos de tortura, busca manter a Argélia como colônia.

No filme, o italiano Gillo Pontecorvo mescla técnicas de documentário e ficção, criando um novo estilo de se fazer cinema político. Recebeu três indicações para o *Oscar*, nas categorias de melhor

diretor, melhor filme estrangeiro e melhor roteiro original. Ganhou o *Leão de Ouro* e o prêmio *Fipresci* no Festival de Veneza.

As indicações recebidas pelo filme ao *Oscar* se deram em anos diferentes: em 1967, *A Batalha de Argel* foi indicado na categoria de melhor filme estrangeiro, sendo que, dois anos depois – quando estreou nos cinemas americanos – foi indicado nas outras duas categorias.

*A Batalha de Argel* será exibido no próximo dia 26 de junho, às 19 horas, no Auditório do TJ da Avenida Francisco Sales, 1.446, térreo, Santa Efigênia. A sessão é comentada pelo desembargador Sérgio Braga, que relaciona o conteúdo do filme ao universo do Direito e da Justiça.



## Conciliação é tema de concurso

Visando despertar e estimular a cultura da conciliação, como forma de promover a paz social, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) promove, por meio da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), concurso de frases com o tema "Conciliação". Podem participar magistrados, servidores e funcionários da ativa e aposentados, bem como terceirizados de 1ª e de 2ª Instâncias

do TJMG. O vencedor receberá um *notebook* como prêmio.

### Participação

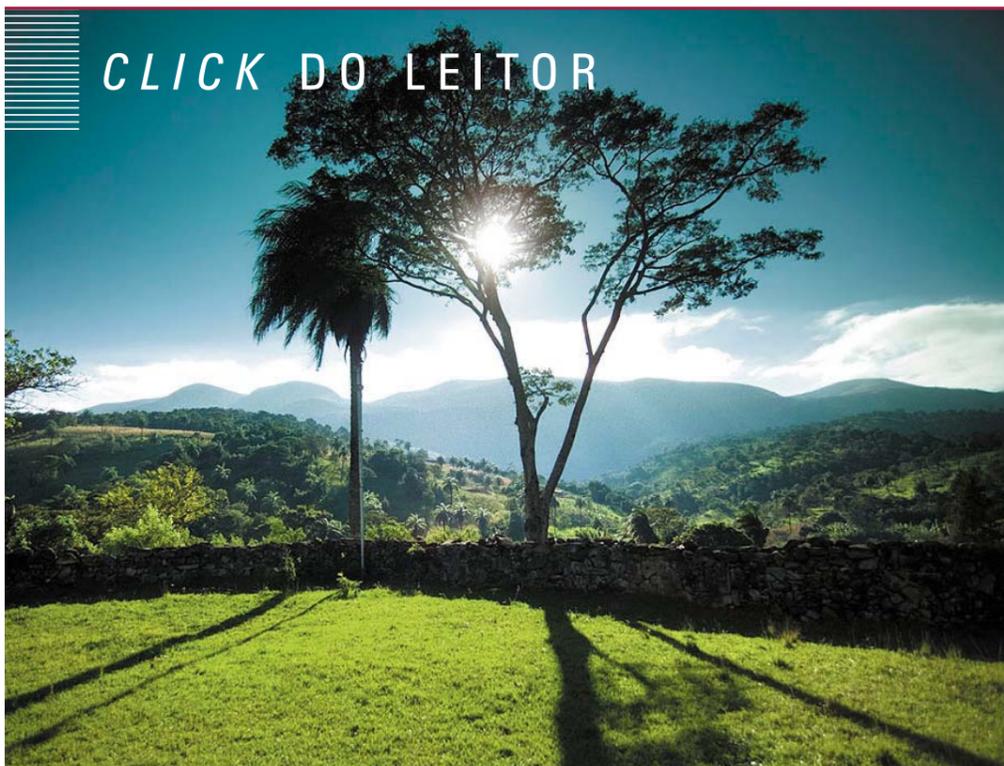
As frases estão sendo encaminhadas desde o dia 9 de junho e podem ser remetidas até as 17 horas do dia 20 de junho de 2008, através de formulário eletrônico, no endereço [www.tjmg.gov.br/concursoconciliacao](http://www.tjmg.gov.br/concursoconciliacao) ou no *banner* da Semana da Conciliação, disponível na página inicial do Portal TJMG ([www.tjmg.gov.br](http://www.tjmg.gov.br)). O participante estará automaticamente inscrito no ato do

recebimento e poderá concorrer com apenas uma frase de sua autoria.

A frase deverá ser escrita em língua portuguesa, com até 80 caracteres, contando os espaços entre as palavras, observados os critérios de criatividade, originalidade, adequação ao tema proposto e respeito ao regulamento.

No caso de frases idênticas, enviadas por participantes diferentes, será considerada, para fins de avaliação, aquela que tiver precedência de data e horário de recebimento. Outras informações podem ser obtidas através do telefone (31) 3247 8946.

## CLICK DO LEITOR



Cristiano Gougeon

Os dias bonitos de inverno, na Serra da Moeda, são um convite para passeios ao ar livre. Quando atingimos os alpes da serra, o Vale do Paraopeba nos proporciona uma profusão de cenários paradisíacos: desde montanhas e rios a pedreiras, de sempre-vivas, orquídeas de várias espécies, bromélias, xaxins, campos de serra e pequenas nascentes, com riachos de águas cristalinas. Isso tudo além dos resquícios das estradas feitas pelos escravos para dar acesso a uma antiga fazenda de fundição de moedas falsas.

Bertie Moura – professor universitário  
Belo Horizonte

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.gov.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.gov.br).

**TJMG**

Impresso Especial

7312594204 - DR/MG

TJMG  
CORREIOS

IMPRESSO